

EU NÃO SOU SEU NEGRO: RAÇA, IDENTIDADE E CAPITALISMO

SINDY GABRIELLY HOLANDA OLIVEIRA¹

UFRGS, BRASIL

<https://orcid.org/0000-0002-8412-1779>

RESENHA

BARROS, Douglas Rodrigues. **Lugar de negro, lugar de branco? Esboço para uma crítica à metafísica racial**. São Paulo: Hedra, 2019.

Douglas Rodrigues Barros é filósofo pela Universidade Federal de São Paulo UNIFESP (2012), mestre em estética e filosofia da arte (2015) e doutor em ética e filosofia política. Suas investigações centram-se na filosofia alemã conjuntamente com o pensamento diaspórico de matriz africana. Jovem escritor, que além de se dedicar à teoria e ao pensamento crítico, atua também na ficção e no romance, sendo autor de *Cartas estudantis* (2016) e *Os terroristas* (2017)

A obra *Lugar de negro, lugar de branco? Esboço para uma crítica à metafísica racial* objetiva desmistificar o lugar do conceito de raça na discussão moderna. Fundamentalmente assentado na teoria de Franz Fanon, o ensaio propõe uma discussão sobre identitarismo, capitalismo e as práticas do movimento negro contemporâneo brasileiro. Ao articular o pensamento de vários filósofos sobre a temática racial, a obra de Barros aponta novos horizontes para o movimento negro. Para tanto, contesta as naturalizações criadas por um sistema branco e capitalista relativas ao

¹ Mestranda em Antropologia Social (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil). E-mail: sindyholanda20@gmail.com

conceito de raça e às concepções simplistas do continente africano, que por vezes são incorporados pela própria negritude. Assim, o autor discute as violências e os dispositivos ideológicos que deram origem à necropolítica colonial e à autoimagem de superioridade do sujeito europeu e seus efeitos dialéticos na ideia moderna do negro.

Argumentando que devemos nos questionar sobre o que é ser negro sem cair em armadilhas de uma identificação remota com um passado inexistente Barros, crítico do identitarismo baseado em fenótipos e de uma história mítica comum, afirma em seu ensaio que tanto a identificação com o branco, quanto a identificação do negro eliminam de si qualquer reflexividade mais profunda. Consequentemente o autor propõe uma reflexão sobre a hegemonização presente em determinados setores e pautas do movimento negro, que em sua concepção são reacionárias.

Barros afirma que devemos nos desiludir como os misticismos para enfrentar a barbárie imposta pelo sistema capitalista/racista. A crítica ao identitarismo e à articulação da ideia de raça com o sistema de exploração capitalistas perpassam centralmente todo o ensaio. Atentando para a relação racismo e capitalismo, o autor afirma que as condições do processo de racialização brasileiro foram determinantes para a produção e reprodução do capital. O povo negro se tornou, assim, um excedente populacional que no capitalismo tardio precisa ser identificado, controlado, categorizado e violentado.

Expondo o projeto moderno de governança e superioridade europeia, o ensaio traz como argumento, embasado nas ideias de Fanon, que a autoficção de identidade europeia, uma autocontemplação de si mesmo, tornou então hiperindetificatório o significado de negro. O negro é definido pelo branco em dicotomias representacionais nas quais sinteticamente o branco é símbolo do harmônico e o preto do caos. Trazendo a discussão de Mbembe a fim de criticar o essencialismo identitário, Barros afirma que o negro não existe enquanto tal sendo, portanto, uma identidade produzida. Assim, produzir o negro é produzir um vínculo social de submissão e exploração. Na perspectiva Fanoniana, o significante de raça se constrói dentro de uma patologia da identidade para o controle dos corpos excedentes.

O ensaio é uma empreitada bem sucedida que reúne críticas a questões contemporâneas como: o filme Pantera negra; as ações da dita esquerda progressista brasileira e do movimento negro brasileiro, ao mesmo tempo em que faz uma profunda discussão filosófica articulando a noção de raça e identidade a partir de teóricos como Frantz Fanon, Stuart Hall, Abdias Nascimento, Achille Mbembe, Jean-Paul Sartre.

A noção de identidade unificada e estável, para Barros, é ilusória e patológica. Afirmando que essa busca dos indivíduos por uma identidade imóvel é própria e benéfica ao sistema capitalista. Citando Stuart Hall, o autor afirma que a identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Logo, para promover a ruptura com esse sistema não basta inserir uma representatividade limitante e limitada, mas, na verdade, deve-se transformar o próprio sistema de visibilidade que está enraizado no sistema econômico-social. A morte do colonialismo

passaria, então, pela negação da identidade fantasmagórica do negro criada no seio do próprio sistema moderno. Barros afirma que dentro do movimento negro toda a luta de classes tem sido reduzida à esfera da representatividade que se baseia em uma espécie de *Eu-empresa*, uma identidade sem relação como o outro, um item mercadológico. A exaltação da identidade como algo absoluto, fixo, preexistente e não-relacional é uma pura expressão do capital.

A posição do ensaio é crítica: para extinguir os males do capitalismo e do racismo não adianta querer “identitarizar” o capitalismo. A crítica ao movimento negro trazida pelo ensaio questiona a maneira pela qual a militância realiza a apropriação de identidades unificadas baseadas em fenótipos e em uma história mítica comum. Barros afirma que uma parte do movimento negro renega Fanon para aceitar de bom grado as soluções emancipatórias elaboradas nos porões do neoliberalismo, como, por exemplo, o afroempreendedorismo. A busca incessante por origens em determinados setores do movimento negro é vista pelo autor como algo patológico à medida que buscam na figura da África essa identidade unificada.

O autor chama a atenção para o fato de a África, tal como a concebemos, ser uma invenção ocidental que nada tem de homogênea. Citando Mudimbe, o ensaio afirma que o problema de pensar a África é um problema ocidental e o adjetivo africano uma invenção do colonizador para promover o controle dos corpos negros. Demonstrando a importância do racismo científico para a criação desses discursos de subalternização, Barros afirma que a etnologia, em determinado período histórico, foi utilizada para fundar uma alteridade africana particular e homogênea que, por um lado, tentava descrever os modos de vida e, por outro, objetivava uma política de domesticação e dominação dos modos e costumes dos povos. A criação desses mitos sobre os povos negros, realizada pelos brancos, afirma o autor, é muitas vezes incorporada acriticamente por membros da própria negritude, como, por exemplo, o entendimento de culturas africanas enquanto algo genérico que não leva em conta a multiplicidade da África.

Como um horizonte de emancipação, Barros afirma que é o momento que devemos reivindicar a violência Fanoniana: como uma prática de ressimbolização social advinda da ruptura radical com a estrutura sociosimbólica imposta, através de uma violência escolhida e não mais sofrida, que culminará numa reviravolta sobre nós mesmos e nossos destinos. Desse modo, nos libertaríamos do colonialismo objetivo e psíquico que fundamenta a necropolítica e a sociabilidade competitiva e classista do capital.

Retomando a crítica do autor ao identitarismo, fundamentada em Fanon, deve-se observar que a noção de negro é uma identidade criada a partir de um universo de exclusão, uma condição de não sujeito imposta ao negro. Fanon, afirma Barros, acreditava que a luta do homem de cor deveria consistir em se libertar de si próprio, ideia esta que pretende questionar a idealização, evocada pelo movimento negro, a respeito do retorno mítico às raízes ou a um continente que jamais existiu senão em referência direta aos colonizadores.

A tendência emancipatória defendida pelo autor é a de Frantz Fanon que consiste na própria destruição revolucionária da noção de raça em que a palavra de ordem é: *Eu não sou seu negro*. Conclui o autor que nenhuma panaceia identitária ou caráter inevitável da violência no processo de descolonização é defendido por Fanon. Por isso, fica evidente que a solução mais adequada não consiste em retirar do capitalismo aquilo que lhe é inerente, ou seja, o racismo, mas, antes, em estimular a própria destruição do capital. O ensaio toca em questões fundamentais sobre a discussão atual acerca do racismo no Brasil sem perder de vista um profundo debate epistemológico, político e filosófico das questões que, por vezes, voltamos a tomar como dadas.

Recebido em: 22/03/2020 * Aprovado em: 26/04/2020 * Publicado em: 28/04/2021
